



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

“QUESTÃO DA SAÚDE¹” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GLADSON ROSAS HAURADOU ²

Resumo: Apresenta-se uma reflexão acerca da “questão da saúde” tensionada pela emergência da pandemia do novo coronavírus com foco na particularidade amazônica brasileira. Recupera-se, alguns apontamentos sobre a “questão social” na Amazônia agravada pela introdução de relações de produção alheias às populações locais. Trata-se de uma revisão teórica a partir de autores como lamamoto (2012), Pimentel (2012), Netto (2013), Teixeira (1998). Com base em nossa investigação, reitera-se a compreensão de que a “questão da saúde” na Amazônia é reflexo da “questão social” engendrada na região, marcada pela presença e avanço do capital, o que demanda respostas imediatas e mediadas do Serviço Social em distintos espaços sócio ocupacionais.

Palavras-chave: “Questão Social”; Serviço Social; Saúde; Amazônia.

Abstract: It presents a reflection on the “issue of health” tensioned by the emergence of the new coronavirus pandemic, focusing on the particularity of the Brazilian Amazon. It recovers some notes on the “social issue” in the Amazon aggravated by the introduction of production relations alien to the local populations. This is a theoretical review based on authors such as lamamoto (2012), Pimentel (2012), Netto (2013), Teixeira (1998). Based on our investigation, we reiterate the understanding that the “health issue” in the Amazon is a reflection of the “social issue” engendered in the region, marked by the presence and advancement of capital, which demands immediate and mediated responses from the Social work in different socio-occupational spaces.

Keywords: “Social Question”; Social work; Health; Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

A “questão da saúde” é uma constante em localidades onde o capital (aquela “categoria histórica dinâmica” segundo Mészáros, 2002) se faz presente aguçadamente. Lembremos que as formas de sociabilidade não estão ilesas ao

1 Compreende-se “questão da saúde” como o agravamento das situações de saúde de dado grupo humano (sociedade, comunidade, etc.) decorrentes do engendramento de efeitos deletérios desencadeados pela presença do capital e de sua contradição com o trabalho na acepção marxiana do termo. Postula-se que a saúde, segundo a perspectiva do trabalho não pode ser entendida como “[...] um bem a ser alcançado, mas como resultado da forma como os homens se voltam sobre a natureza para modificá-la e sobreviver dela, enquanto se modificam e se relacionam nas diferentes instâncias da vida social [...]” (VASCONCELOS, 2015, p. 146).

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Amazonas

contato com essa categoria. Em menor ou maior grau, esse contato é uma realidade. Nesse sentido, a articulação entre: **(a)** “questão da saúde”, ângulo da “questão social”; e **(b)** contradições da forma de ser do capital na contemporaneidade, matriz da “questão social”, expressa-se, assim, como um traço ineliminável dessa relação. Sobre essas demandas, profissionais de Serviço Social, e de outras categorias profissionais, são “chamados” a lidar com tais refrações.

Entendida como “questão”, portanto um problema que requer respostas para além do imediato, urge que se desenvolvam mecanismos de enfrentamento sendo as políticas sociais (particularmente as políticas públicas) uma dessas estratégias (instrumentos) de intervenção técnica. Em que pese os limites que esses instrumentos possam apresentar, todavia desempenham junto a determinados segmentos sociais vulnerabilizados a possibilidade concreta, no plano imediato, de resolução de determinadas demandas.

Nessa perspectiva, busca-se no presente trabalho apresentar alguns apontamentos sobre a “questão da saúde” na Amazônia enquanto expressão da “questão social” a qual guarda relação com a presença e o avanço do capital na região por distintas frentes de exploração. Entende-se que esses rebatimentos se configuram como demandas crescentes as quais se farão sentir no trabalho do/a assistente social. Urge que se identifiquem os fatores limitadores do trabalho profissional, intensificados, para que redimensione a intervenção profissional e o desvendamento de potenciais elementos de superação para além das políticas públicas (sociais).

2. ELEMENTOS PARA APREENDER A “QUESTÃO DA SAÚDE” NA AMAZÔNIA³ COMO ÂNGULO DA “QUESTÃO SOCIAL”

A configuração contemporânea da “questão social” pode ser apreendida pela lente de pesquisadores do Serviço Social brasileiro como Iamamoto (2012), Pimentel

3 A Amazônia, e as “Amazônias” no plural e destacadas entre aspas duplas, são conceitos distintos e que guardam íntima relação entre si. Entendemos que a *Amazônia* (*uno*) e as “*Amazônias*” (*diverso*), expressa(m) uma totalidade que se manifesta em formas particulares/distintas, portanto, com diferentes maneiras/nuances de ser/existir onde modos de vida, **ethos**, dialetos, culturas, a organização social, a política, a economia, o espaço e o território se desenvolvem (HAURADOU, 2021, 47-48 grifos no original).

(2012), Netto (2013) e, particularmente na Amazônia, pelo contributo de Teixeira (1998), Scherer (2009) e outros, que a partir da inspiração marxiana, e das tradições marxistas, buscam explicitar esse fenômeno que apesar de não nos parecer estranho (suas expressões nos afetam cotidianamente), sua apreensão requer um trato que não se limite a uma constatação sem crítica. Crítica aqui entendida segundo o entendimento de se buscar traduzir no campo das ideias o movimento da realidade. De ir à raiz; aos fundamentos. Sobretudo num contexto de agravamento das condições de vida, trabalho e saúde de expressivo contingente de trabalhadores/as advindo com a denominada “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2002) e das tensões e perdas desencadeadas com a emergência da pandemia do novo coronavírus a partir de 2019.

Seguindo a trilha de apreensão elaborada por Netto (2013) optamos por manter as aspas na expressão “questão social” por se tratar de uma expressão não unívoca.

Nossos estudos têm evidenciado que desde a década de 1970, vivencia-se o que Mézáros (2002) demonstrou ser uma “crise estrutural do capital”. Para o autor, que toma as contribuições de Karl Marx (1818-1883) como referência de análise, as três dimensões do capital são a **produção**, o **consumo** e a **circulação/distribuição/realização**. Ao aprofundar sua análise, identifica quatro aspectos que expressam a manifestação da qualidade “estrutural da crise”, sendo eles: **o caráter universal; o alcance verdadeiramente global; a escala de tempo extensa, contínua e permanente**; e, por fim, em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, **o modo de se desdobrar** poderia ser chamado de **rastejante**. Para o autor, o que a torna diferente das crises anteriores (cíclicas) que abalavam apenas uma dessas dimensões internas do capital, a crise estrutural toma corpo quando “[...] a tripla dimensão interna da auto expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as condições acumuladas do sistema [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Desse amálgama, identifica-se alguns elementos centrais como a

reestruturação produtiva, a financeirização da economia, a globalização – e as contradições que a acompanham–, bem como o **projeto neoliberal** que na sua voracidade acentuada com a emergência pandêmica do novo coronavírus (SARS-CoV-2 / Covid-19⁴), resvala-se no conjunto de relações sociais (e de produção) em todos os quadrantes do planeta terra. Logo, redutos como a Amazônia não estão seguros às inflexões desse processo.

No caso da Amazônia, para sermos precisos, em fins da década de 1960, diversos movimentos de independência deram materialidade a reivindicações coletivas na África. Era um momento de mobilizações e lutas contra a colonização no continente africano de onde várias matérias-primas eram extraídas até então para dar conta do artil capitalista dos países de capitalismo central. Com a interdição do acesso às matérias-primas, pois era da África, “[...] de onde muitas multinacionais traziam os minérios para abastecer as usinas nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Esses países independentes poderiam criar dificuldades ou aumentar os preços das matérias-primas que forneciam para as indústrias de Primeiro Mundo [...]” (LESSA, 1991, p. 55). Esse movimento potencializou os esforços voltados para a pesquisa mineral na região amazônica, “[...] um dos mais desconhecidos subsolos do mundo. Vários convênios foram firmados entre empresas estrangeiras e brasileiras para tentar descobrir minério na Amazônia” [...]” (LESSA, 1991, p. 55).

As incursões no sentido de atender às necessidades por matérias-primas, por um lado, expressam a configuração de novas relações sociais e de produção na região. Por outro, comparecem como saque, pilhagem e o estabelecimento de conflitos pela terra, pela água (recursos hídricos) e pela biodiversidade até então

4 Em Manaus/AM, o caos instalado com a falta de oxigênio durante a fase mais aguda da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2 / Covid-19) resultou em mais de quatro mil mortes em março de 2021. O drama vivido por familiares e amigos é uma das faces da barbárie que não se pode suprimir das subjetividades que a vivenciaram. Conforme fora amplamente veiculado em contraste com o (des)governo [de Jair Messias Bolsonaro] vigente disseminava: “Em 28 de abril de 2020, 5.017 pessoas [...] morreram no Brasil por Covid-19. Para aqueles que diziam que essa doença era só uma ‘gripezinha’, os dados de diferentes fontes parecem indicar o contrário. Estes números já são bem graves e inéditos na história recente do país. É grave percebermos que provavelmente os números oficiais de mortes e casos não representam o que de fato, está acontecendo. Semelhante ao que vem ocorrendo em outros países, há fortes indícios de que existe uma subnotificação de casos e, por consequência, de mortes por Covid-19 no Brasil”. (FÓRUM, 2022). Vide EL PAÍS (2022) e ENSP (2022).

privilégio dos(as) amazônidas. O processo de industrialização engendrado não contribui para o desenvolvimento local e regional, posto que não atendia/atende aos interesses dos sujeitos históricos amazônidas. O conjunto de propostas pensadas pelo alto⁵, sem diálogo com os povos da região (indígenas e não indígenas), revela-se como intervenções externas por agentes que contribuem para imprimir novas relações produtivas sem se desvencilhar das formas produtivas próprias da localidade. A industrialização pensada e levada a cabo na região amazônica não potencializa “valor agregado e nem gera riqueza interna” (TEIXEIRA, 1998). Mais ainda:

[...] Houve um momento em que os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), com o apoio do Desenvolvimento de Comunidade, introduziam programas de “modernização conservadora”, mas já embrionários da modernização destrutiva (MÉSZÁROS, 2003), ao dissolver relações não-capitalistas. Destrutiva tanto dos povoados amazônicos quanto dos ecossistemas: o Polamazônia, a colonização dirigida, os incentivos fiscais, os grandes Projetos, o Programa Grande Carajás, a Hidroelétrica de Tucuruí, a Zona Franca de Manaus, entre outros. É quando a “questão social” começou, de fato, a assumir magnitude impensável e sem precedentes, nessa região que teria todas as condições para construir uma sociedade feliz (TEIXEIRA, 1998, p. 147).

A introdução de relações de produção alheias à região é um dado histórico. Contudo, a partir da década de 1970, como já se aludiu, vivencia-se o aguçamento da exploração com a instalação de grandes projetos dentre os quais aqueles voltados para a exploração mineralógica. Estes projetos desencadeiam mudanças, e em muitos casos transformações irrecuperáveis da fauna e da flora, ou seja, de ecossistemas que não têm como se reestabelecer. Noutra frente estão os projetos de instalação de hidroelétricas para atender à empresa minerária e aqueles afeitos à agropecuária. Todos, indistintamente, corroboram para mudanças que em sua essência não atendem à realidade amazônida. Tais empreendimentos capitalistas engendram relações que dão forma a expressões da “questão social” como a “questão da saúde”.

5 Sobre a questão, é impressionante os dados trazidos à luz por Marques (2019). Sobretudo durante os denominados “anos de chumbo” (ditadura civil-empresarial-militar), em que já se conhecia: “Há muito, além do ouro, [...] as reservas de cassiterita de Rondônia (Amazônia ocidental) [...]”. Essas e outras descobertas foram realizadas durante a presidência de Castelo Branco que, “[...] sem licitação, contratou a Força Aérea estadunidense (Usaf) para fazer o levantamento aerofotogramétrico do Brasil. Colocava, assim, informações mineralógicas privilegiadas à disposição do Departamento de Minas (*Bureau of Mines*) estadunidense e das empresas daquele país. Além disso, foram intensificadas as pesquisas geológicas na Amazônia” (MARQUES, 2019, p. 141).

Noutro momento trouxemos à baila a relação assimétrica entre a presença de grandes projetos na região amazônica e a constituição de quadros pauperizados em distintas localidades (somados aos conflitos pela terra e assassinato de lideranças de movimentos sociais, institucionalizados ou não, por agentes privados e do Estado) (HAURADOU, 2021). Isso pode ser verificado na equação baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a presença de Grandes Projetos. Estes entendidos como tentáculos do capital (inter)nacional os quais tendem a um “[...] movimento homogeneizador das relações sociais” (TEIXEIRA, 1998). Esse processo se configura em uma assimetria que sempre favorece o capital como presente na Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 1996). Reveladores são os dados quantitativos relativos à situação social e econômica “mensurados” pelo denominado Índice de Desenvolvimento Humano. Qualidades estas que reforçam nossa objeção sobre o papel de grandes empreendimentos na Amazônia e a configuração de relações avessas às riquezas locais.

[...] Há de se destacar que os padrões de definição e aferição dessas qualidades (sic) tem como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em agenda a ser cumprida no mundo até 2030. Os limites deste estudo não nos permitem aprofundar a crítica a esse padrão de referência, porém, tão somente lançar mão dos mecanismos do próprio capital, seus organismos multilaterais (Organização das Nações Unidas – ONU; Organização Mundial do Comércio – OMC, Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, etc.) como estratégia de clarificação de seu potencial destrutivo. Interessante é a reflexão realizada por Pastorini (2013), no trabalho “Questão social no capitalismo contemporâneo. Particularidades das políticas sociais na América Latina”, acerca do papel desses organismos no trato dado à “questão social” na América Latina sobre a questão (HAURADOU, 2021, p. 54).

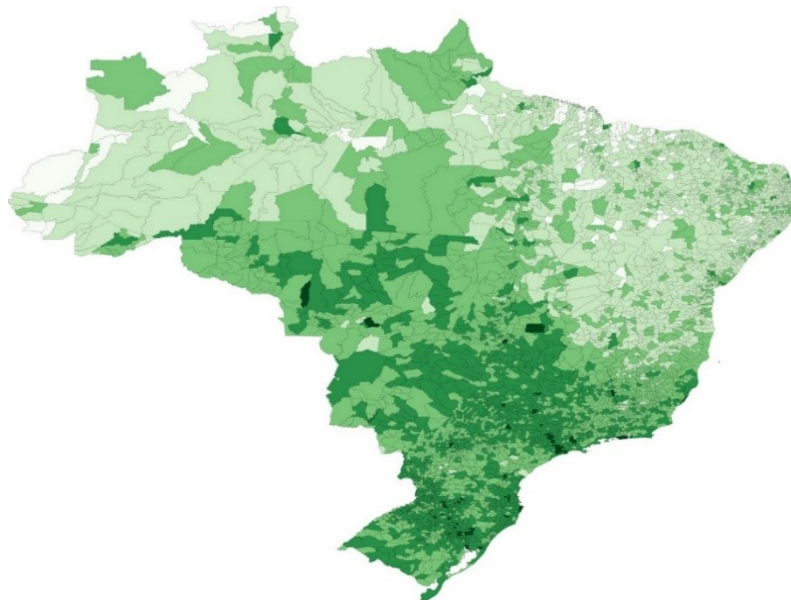
Explicitam-se, a seguir, algumas imagens apresentadas por Silva (2013) na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (VI JOINPP⁶) em São Luís/MA, que nos permitem apreender (ainda que introdutoriamente) certas nuances dos resultados da presença do capital e de seu avanço na região. Somos do entendimento de que não se pode dissociar a conformação do quadro social, e econômico, apresentado nessas imagens, da relação com os denominados Grandes Projetos. O resultado do

6 Evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão de 20 a 23 de agosto de 2013 e que teve como tema: “O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação”

presente é um *constructo* da historicidade das relações engendradas na Amazônia (e em suas várias “Amazônias”) (TEIXEIRA, 1998; HAURADOU, 2021; HAURADOU; RIBEIRO; ALVARADO, 2021).

Ademais, de acordo com dados recentes, o Brasil caiu 5 posições no “ranking do IDH”. Como estará a situação dos municípios amazônidas? Com base nas imagens a seguir, podemos observar a disparidade do IDH entre regiões, sendo as regiões Norte e Nordeste aquelas que mais apresentam municípios com IDH baixo. Nestes, há por assim dizer, maior frequência de Grandes Projetos.

Figura 1 – Mapa do IDHM Renda – Brasil (2010)



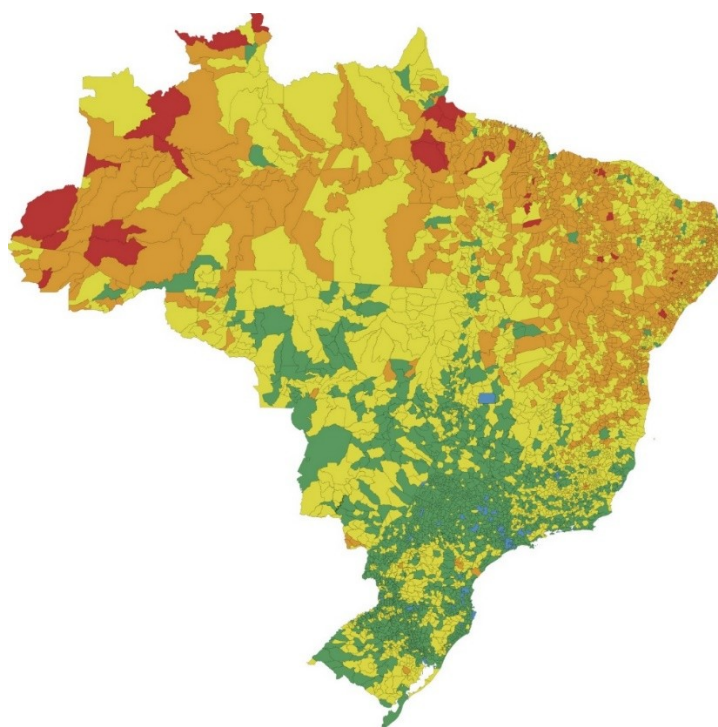
Legenda

IDHM Renda

- muito baixo desenvolvimento humano (0.000 até 0.499)
- baixo desenvolvimento humano (0.500 até 0.599)
- médio desenvolvimento humano (0.600 até 0.699)
- alto desenvolvimento humano (0.700 até 0.799)
- muito alto desenvolvimento humano (acima de 0.800)

Fonte: Silva (2013)

Figura 2 – Mapa do IDHM – Brasil (2010)



Legenda

IDHM

- muito baixo desenvolvimento humano (0.000 até 0.499)
- baixo desenvolvimento humano (0.500 até 0.599)
- médio desenvolvimento humano (0.600 até 0.699)
- alto desenvolvimento humano (0.700 até 0.799)
- muito alto desenvolvimento humano (acima de 0.800)

Fonte: Silva (2013)

Figura 3 – IDHM: Municípios brasileiros com valores mais baixos em 2010

IDHM: Municípios brasileiros com valores mais baixos em 2010			
UF	Município	IDHM	Ranking 2010
Pará	MELGAÇO	0,418	5565
Maranhão	FERNANDO FALCÃO	0,443	5564
Amazonas	ATALAJA DO NORTE	0,450	5563
Maranhão	MARAJÁ DO SENA	0,452	5562
Roraima	UIRAMUTÃ	0,453	5560
Pará	CHAVES	0,453	5560
Acre	JORDÃO	0,469	5559
Pará	BAGRE	0,471	5558
Pará	CACHOEIRA DO PIRIÁ	0,473	5557
Amazonas	ITAMARATI	0,477	5556
Amazonas	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	0,479	5555
Amazonas	IPIXUNA	0,481	5554
Pará	PORTEL	0,483	5553
Roraima	AMAJARI	0,484	5550
Pará	ANAJÁS	0,484	5550

Fonte: Silva (2013)

IDHM-Renda: Municípios brasileiros com valores mais baixos em 2010			
UF	Município	IDHM Renda	Ranking 2010
Maranhão	MARAJÁ DO SENA	0,400	5565
Maranhão	BELÁGUA	0,417	5563
Maranhão	FERNANDO FALCÃO	0,417	5563
Maranhão	CACHOEIRA GRANDE	0,422	5562
Roraima	AMAJARI	0,437	5561
Amazonas	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	0,438	5560
Roraima	UIRAMUTÃ	0,439	5559
Maranhão	SERRANO DO MARANHÃO	0,440	5558
Maranhão	HUMBERTO DE CAMPOS	0,443	5557
Maranhão	JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,445	5555
Maranhão	SANTANA DO MARANHÃO	0,445	5555
Maranhão	PRIMEIRA CRUZ	0,448	5554
Pará	CACHOEIRA DO PIRIÁ	0,449	5553
Maranhão	SATUBINHA	0,450	5552
Maranhão	MATÕES DO NORTE	0,452	5550
Maranhão	PRESIDENTE JUSCELINO	0,452	5550
Pará	MELGAÇO	0,454	5548
Maranhão	SANTO AMARO DO MARANHÃO	0,454	5548
Bahia	SÍTIO DO MATO	0,455	5547
Maranhão	CAJARI	0,456	5545
Maranhão	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	0,456	5545
Amazonas	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	0,461	5543

Figura 4 – IDHM: Municípios brasileiros com valores mais baixos em 2010 (Renda)

Fonte: Silva (2013)

Figura 5 – IDHM: Municípios brasileiros com valores mais baixos em 2010 (sequência)

UF	Município	IDHM	População
Maranhão	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	0,461	5543
Piauí	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	0,462	5541
Piauí	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	0,462	5541
Maranhão	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0,465	5539
Maranhão	MILAGRES DO MARANHÃO	0,465	5539
Amazonas	MARAÃ	0,466	5537
Maranhão	CAJAPIÓ	0,466	5537
Maranhão	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	0,468	5536
Maranhão	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	0,468	5536
Amazonas	BARREIRINHA	0,469	5534
Bahia	UMBURANAS	0,469	5534
Pará	AVEIRO	0,470	5532
Maranhão	PRESIDENTE VARGAS	0,470	5532
Amazonas	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	0,471	5530
Maranhão	AFONSO CUNHA	0,471	5530
Piauí	MADEIRO	0,472	5528
Piauí	MORRO CABEÇA NO TEMPO	0,472	5528
Alagoas	OLHO D'ÁGUA GRANDE	0,473	5527
Maranhão	BACURITUBA	0,474	5524
Maranhão	NINA RODRIGUES	0,474	5524
Piauí	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	0,474	5524
Maranhão	ICATU	0,475	5521

Fonte: Silva (2013)

Temos, pois, a presença de um perfil socioeconômico de municípios que reforçam o entendimento da situação da Amazônia que, apesar de ser detentora de um potencial de riqueza exponencial (diversidade biológica, de minérios, de conhecimentos ancestrais, etc.) explorada séculos a fio, não consegue expressar essa mesma riqueza nas condições de vida de seus amazônidas. Essa constatação reforça a compreensão de que a região permanece aos olhos do capital como celeiro dos monopólios (OLIVEIRA, 1987). Esse monopólio toma outra proporção com a emergência das *commodities*.

Por exemplo, o aumento da demanda por commodities agrícolas e minerais que vigorou de 1996 a 2006 fez da Amazônia a maior fornecedora de tais produtos, em particular de grãos, carnes e minérios. Na agricultura de exportação, a procura resultou num enorme acréscimo de área com soja e pecuária na Amazônia. No entanto, o fruto deste desenvolvimento, expresso por elevadas taxas de crescimento do PIB a 3,2% (1991/2000), não vem sendo apropriado pela maioria da população; poucos se beneficiam, dentre eles as atividades do agronegócio e do complexo mineral de Bacarema (PA)/São Luís (MA) (MESQUITA, 2012, p. 66, grifos do autor).

Neste ponto retoma-se o fio condutor desta abordagem segundo o qual

pensar a saúde pela ótica dos trabalhadores, ou seja, entendê-la na perspectiva do trabalho, é reconhecer que sua configuração guarda relação com as formas desenvolvidas pela humanidade para suprir suas demandas existenciais. Entenda-se esta “forma” como “a organização do trabalho; da produção material”. Na Amazônia, tem-se visualizado processos extrativos que se configuram como degradantes tanto do bioma amazônico, quanto das relações sociais locais que historicamente se assentam na produção coletiva e na socialização coletiva da produção. A entrada do capital na sua voracidade a partir da década de 1970 do século passado, e dentre as modalidades de inserção estão os Grandes Projetos minerários, levam a materialização de demandas em saúde como se verá a seguir.

3. ALGUNS ASPECTOS DAS CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE SAÚDE NA AMAZÔNIA SOB O CAPITAL

De forma pontual, destacam-se alguns traços constitutivos das condições e situações de saúde presentes na Amazônia. Por condições de saúde, entende-se a matriz capitalista (contradição capital versus trabalho) que enquanto “estrutura e dinâmica” exerce preponderância na conformação do processo saúde-doença. Por situações de saúde, compreende-se as flutuações decorrentes da estrutura capitalista contraditória, ou seja, os elementos conjunturais, portanto passageiros. Neste caso, a presença de empreendimentos minerários de grande escala, por exemplo, leva a questões que refletem tanto problemas ligados às condições estruturais (danos irreversíveis; poluição de lençóis freáticos), quanto a questões passageiras (a poluição do ar momentaneamente, o ruído causado pela maquinaria).

Temos demonstrado que alguns projetos levados a cabo na região exercem determinada influência no quadro de saúde dos amazônidas (HAURADOU; AMARAL, 2019).

No Amapá, a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi) já foi acusada pelo governo do estado de ter contaminado uma região ligada ao porto de Santana, próximo a Macapá. Tal contaminação estava associada ao arsênio,

“[...] substância altamente tóxica que pode provocar câncer e até a morte [...]”. “[...] Processos para o enriquecimento do manganês, proveniente da Serra do Navio, teriam liberado o produto, impregnando o ar e a água. Perto dali, a vila do Elesbão, uma comunidade de pescadores que vive sobre palafitas, às margens do rio Amazonas, enfrenta graves problemas de saúde [...]” (SAKAMOTO, 2001, p. 1).

Atualmente, o avanço do garimpo e demais investidas legais (e ilegais) para áreas/terras “indígenas” sob o aval da atual gestão federal tem representado um ataque frontal a essas comunidades amazônicas. A exploração do ouro, apresenta-se como potencial contaminador dos mananciais hídricos com consequências danosas para a saúde local.

Sobre a questão, Vasconcellos et al. (2018, p. 3.535) faz a seguinte assertiva:

A corrida pelo ouro na Amazônia elevou os níveis de mercúrio (Hg) no ambiente e, conseqüentemente, aumentou a exposição humana. Uma vez liberado em sistemas aquáticos, o Hg pode gerar metilmercúrio (MeHg), um composto tóxico que se acumula ao longo de cadeias tróficas. Vários estudos têm gerado evidências sobre a sensibilidade do cérebro ao MeHg, bem como sobre a vulnerabilidade do feto durante a gravidez (Tradução livre).

Os efeitos dessas atividades extrativas apresentam algumas limitações para que as populações afetadas (comunidades existentes antes da presença de tais empreendimentos) possam exigir reparos juridicamente. As tratativas ligadas a casos em que os danos ocasionados pelo transbordamento e/ou vazamento de barragens e requerem reparos imediatos com o estabelecimento da responsabilização da empresa minerária, apresentam morosidade.

O Noroeste do estado do Pará, em Barcarena⁷, foi palco recente de questões ligadas ao transbordamento de barragens. Ainda que houvesse um laudo (pelo Instituto Evandro Chagas [IEC], em Belém), a empresa que só se pronunciaria após ter acesso ao laudo (direito legítimo). Contudo, haviam imagens da água de cor amarelada e a constatação empírica pelos afetados que ganharam os meios de comunicação. Ainda assim, a própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barcarena contestou que houvesse vazamento. Em reportagem local consta a denúncia.

7 O caso de Bacarema/PA, está associado à Hydro Alunorte, empresa de propriedade da multinacional norueguesa Norsk Hydro.

Áreas no Nordeste do Pará foram contaminadas pelo vazamento de rejeitos de bauxita da barragem da mineradora norueguesa Hydro Alunorte, segundo laudo divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto Evandro Chagas [IEC], em Belém. O relatório aponta que houve contaminação ambiental em três comunidades do município de Bacarena, que fica a 15 quilômetros de Belém. Em nota, a empresa disse que [iria] analisar o laudo para se pronunciar. (O GLOBO, 2018).

De forma preliminar, consideramos que o “contato” visual produzido pela reação à água de cor amarelada oriunda do vazamento de rejeitos de bauxita da empresa minerária Hydro Alunorte, pode levar a busca por responsabilização às comunidades afetadas. O que não significa a conquista dos reparos e cobertura dos danos por razões diversas. Sejam elas de ordem técnica, jurídica e/ou por parte dos executores de políticas públicas no campo da saúde. Todavia, há situações em que não se tem o contato visual, que denuncia em alguma medida um dado problema nesse aspecto, e diz respeito ao material particulado. Para Milanez (2017, p. 95) a “[...] poluição por material particulado pode causar efeitos negativos sobre a saúde das pessoas que vivem próximas a grandes minas”. Prossegue:

[...] a poluição se estende aos recursos hídricos cujos impactos ocorrem, pelo menos, em três níveis. Primeiramente, existe o elevado consumo de água; em segundo lugar, há problemas associados à extração mineral em si, que pode levar ao rebaixamento do lençol freático e ao comprometimento da recarga dos aquíferos; por fim, existe o risco de contaminação dos corpos d’água (grifos nossos).

Esse conjunto diversificado de danos não se faz presente para a comunidade leiga se esta não dispõe de recursos que lhe permitam assimilar outros resultados da exploração minerária que não aqueles emanados por essas empresas em seus relatórios anuais. A “questão da saúde”, assim, está velada aos olhos das populações que habitam e habitaram por séculos a Amazônia. Ainda sobre a ICOMI no Amapá, é revelador a fala coletada por Sakamoto (2001) junto a um comunitário: Enquanto isso, o Elesbão⁸ aguarda. “Estão morrendo crianças e os próprios adultos. Mas ninguém vem informar a gente de nada. A população continua nadando no rio e comendo camarão”, reclama Josequias Antônio da Silva, líder comunitário da vila. (SAKAMOTO, 2001, p. 1, grifos do autor).

4. CONCLUSÃO

8 Elesbão é uma vila, [...] uma comunidade de pescadores que vive sobre palafitas às margens do rio Amazonas, [e] enfrenta graves problemas de saúde [...] (SAKAMOTO, 2001, p. 1).

Os limites de tempo, e deste formato de texto, não permitiram o aprofundamento pretendido. Uma das razões, refere-se ao fato de a magnitude amazônica exigir tempo. Aqui o tempo é outro. Não é o tempo da maquinaria que abre fendas nas matas. Não é o tempo controlado pela indústria que coisifica as relações sociais retirando do ser humano o sentido da vida. É tempo das águas, dos pássaros, das gentes. Quiçá seja isto o que ainda fascine quem observa a Amazônia. Seja o observador de outras regiões do Brasil, seja de outros países.

Contudo, na Amazônia mistificada, escamoteiam-se os conflitos engendrados pela presença e avanço do capital. O capital na acepção marxiana e que Mészáros (2002) acertadamente nos faz entender, pois porta uma qualidade metamórfica. Essa qualidade tende a corroborar a subsunção de relações sociais que não se coadunam com o movimento do capital. Todavia, são tragadas por esse movimento devastador. O contraste apresentado em relação à presença de grandes empreendimentos versus IDH é um indício desta objeção.

Ao trazermos essa abordagem para a captura da “questão da saúde” na Amazônia, expressão da “questão social”, buscou-se destacar que esse cenário exige um redimensionamento do trabalho profissional da/o Assistente Social demandando respostas técnicas particularizadas ante a constatação de que a resolução de tal quadro não encontra solo na órbita capitalista. Contudo, exige enfrentamentos cotidianos na defesa da vida para além do que se convencionou como a “alternativa palatável”, ou seja, para além das políticas públicas emanadas do Estado capitalista em contexto de “crise estrutural” como um fim em si mesmas, para as quais se “requisita” austeridade fiscal crescentemente em contraste com os bolsões de miseráveis oriundos da contradição capital versus trabalho.

REFERÊNCIAS

EL PAÍS. Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia>. Acesso em 15 ago. 2022.

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (**ENSP**). Falta de oxigênio causa

mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Disponível: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Acesso em 01 ago. 2022.

G1/PA/SANTARÉM. MPPA apura riscos da erosão em barreira de contenção de mineradora em Juruti, no Pará - Área está em projeto de assentamento e há comunidades próximas. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/01/08/mppa-apura-riscos-da-erosao-em-barreira-de-contencao-de-mineradora-em-juruti-no-para.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2021.

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. Mineração na Amazônia brasileira: Aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**, v. 23, n. 1, 2019.

HAURADOU, Gladson Rosas. “Questão social” nas “Amazônias”: Faces da expropriação, violência e pauperização. In: HAURADOU, Gladson Rosas; RIBEIRO, Patrício Azevedo; ALVARADO, Mariangel Sánchez. **“Questão social” e serviço social/Trabajo social nas “Amazônias” e América Central**: Contradições e estratégias de enfrentamento sob a lógica do capital. Curitiba: CRV, 2021. 338 p.

HAURADOU, Gladson Rosas; RIBEIRO, Patrício Azevedo; ALVARADO, Mariangel Sánchez. **“Questão social” e serviço social/Trabajo social nas “Amazônias” e América Central**: Contradições e estratégias de enfrentamento sob a lógica do capital. Curitiba: CRV, 2021. 338 p.

FÓRUM. Exclusivo: Em Manaus já morreram 5 vezes mais pessoas em abril deste ano do que nos anteriores. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2020/4/29/exclusivo-em-manauis-ja-morreram-vezes-mais-pessoas-em-abril-deste-ano-do-que-nos-anteriores>. Acesso em 15 ago. 2022.

LESSA, Ricardo. Amazônia: **As raízes da destruição**. São Paulo: Atual, 1991. Série História Viva.

MARQUES, G. de S. **Amazônia**: Riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
Livro 1, t. 2

MESQUITA, Benjamin Alvino. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das commodities. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES,

Josefa Batista. (org.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANEZ, Bruno. Mineração, ambiente e sociedade: Impactos complexos e simplificação da

legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 16 jan./jun., Ipea, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução aos estudos do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAKAMOTO, L. Triste herança. **Repórter Brasil**, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.repórterbrasil.com.br/exibe>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SATIE, Anna. **Brasil cai cinco posições e agora é o 84º no ranking de IDH da ONU**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/12/15/brasil-cai-cinco-posicoes-e-agora-e-o-84-no-ranking-de-idh-da-onu> >. Acesso em 10 abr. 2021.

SILVA, José de Ribamar Sá. Desenvolvimento e Grandes Projetos na Amazônia: desigualdades e concentração de riqueza. In: Mesa - Desenvolvimento e Grandes Projetos na Amazônia, **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2013.

TEIXEIRA, J. B. A assistência social na Amazônia. **Serviço Social e Sociedade**, ano XIX, n. 56, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Alo assistente social e a luta de classes**: Projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELLOS, A. C. S. D.; BARROCAS, P. R. G.; RUIZ, C. M. V.; MOURÃO, D. D.

S.; HACON, S. D. S. *Burden of mild mental retardation attributed to prenatal methylmercury exposure in Amazon: local and regional estimates*. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 23, p. 3.535-3.545, 2018.